

1. As comunidades de energia e o empoderamento dos cidadãos

Ana Rita Antunes

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.109.2>

Criar comunidades de energia significa desenvolver projetos de energia (seja de produção, de fornecimento, de distribuição ou de mobilidade) altamente especializados com cidadãos sem conhecimentos técnicos em energia. Para tal, precisamos de uma linguagem compreensível, desafio que quando conseguido torna as comunidades de energia algo palpável para toda a comunidade e de maior hipótese de sucesso.

A energia é um elemento central na definição das diversas fases que as sociedades humanas foram atravessando ao longo da história. Concretamente, as transformações que se verificam na forma como produzimos, armazenamos, distribuímos e consumimos energia estão, em muitos casos, na origem de transformações económicas, sociais e políticas. O controlo sobre a energia sempre significou, de certa maneira, controlo sobre os destinos de uma sociedade. A atual transição energética é a mais importante, mas é mais uma na sequência de transições energéticas que se foram verificando ao longo da história.

Assim, sistemas energéticos altamente centralizados, assentes maioritariamente nas grandes centrais de produção fósseis ou nucleares foram instrumentos para desenvolver sociedades organizadas de cima para baixo, sejam elas assentes na lógica dos mercados ou na do Estado.

Seja no período pré-industrial, seja já no século XX, não faltam casos nos quais as relações energéticas assentam na ideia de bem comum e de cooperação e através da qual uma comunidade partilha, gere e decide coletivamente acerca das estruturas de conversão energética. De facto, os modelos de gestão comunitária são tão antigos como os das sociedades humanas: desde o uso de moinhos de vento para moer o trigo de uma comunidade à gestão comunitária de biomassa florestal, existem inúmeros exemplos.

Desde as primeiras décadas do século XX que começaram a surgir as primeiras cooperativas de energia, ainda antes de se considerarem de energias renováveis. O objetivo começou por ser produzir energia para a comunidade local. Foi o que aconteceu em 1923 em Prader, Itália, quando seis cidadãos decidiram avançar com a construção de uma pequena hidroelétrica para produzir energia elétrica para a sua comunidade. A construção começou e, em 1926, a cooperativa elétrica Prad foi fundada.

Em Portugal, também se encontram exemplos destas cooperativas, que datam do início da eletrificação da Europa. A Cooperativa Elétrica do Vale d'Este, fundada em 1930 por 10 cidadãos pioneiros, é uma delas, que teve como primeiro objetivo a aquisição e fornecimento de energia elétrica aos seus associados, “para iluminação e força motriz”, na área de oito freguesias de Famalicão e Barcelos, estabelecendo para esse efeito, uma rede de distribuição. Esta é uma das dez cooperativas de energia que ainda existem em Portugal e que resistiram ao processo de nacionalização que agregou todas as empresas de energia existentes para dar origem à Energias de Portugal – EDP – no pós-revolução de 1974 e ao processo europeu de liberalização a partir dos anos 1980, que resultou na separação entre

as atividades de produção, transporte e distribuição (processo designado de *unbundling*).

As cooperativas de energia introduziram assim novas formas de organização socioeconómica no sistema de fornecimento de energia. Enquanto o regime clássico de fornecimento de energia geralmente está assente em infraestruturas de produção de energia centralizada com consumidores no fim da linha, as instalações de propriedade local e cooperativa para produção de energia constituem um modelo substancialmente diferente de produção, distribuição e fornecimento. Os cidadãos consumidores passivos tornaram-se cidadãos ativos pela participação direta na construção da empresa local de produção de energia.

Mais tarde, em momentos de crise energética, como a crise petrolífera de 1973 e o desastre de Chernobyl de 1986, serviram como um alerta para muitos cidadãos de como estavam dependentes do petróleo e de como nem todas as formas de energia eram seguras. Esta nova onda de iniciativas cidadãs levou à criação de algumas “REScoops” (cooperativas de energia de fontes renováveis) na Bélgica, Dinamarca, Alemanha e Holanda.

Hoje chamamos “comunidades de energia” ao que no século XX chamávamos de cooperativas de energia, realçando o envolvimento dos cidadãos na busca de soluções para a energia e secundarizando o formato legal que adotam.

A energia renovável tornou-se uma questão política e uma área de pesquisa científica e os cidadãos quiseram fazer parte desta transformação. Cidadãos entusiastas construíram as primeiras turbinas eólicas na Holanda, Bélgica, Alemanha e Dinamarca. Destas iniciativas surgiram as primeiras cooperativas eólicas na década de 1980 na Dinamarca e, mais tarde, na Holanda e Alemanha: cidadãos a trabalhar em conjunto para instalar e operar turbinas eólicas. A seguir surgiram os fabricantes profissionais de tecnologia eólica.

Embora não seja um exemplo de Comunidade Local de Energia, existe, na Alemanha, um dos exemplos mais carismáticos de toda a Europa na lista de cooperativas de energia, sendo um bom exemplo do que os cidadãos, quando se juntam, são capazes de fazer: Elektrizitätswerke Schönau GmbH (EWS), a cooperativa que gere a rede de distribuição da cidade de Schönau. Estes cidadãos pediram apoio à operadora da rede de distribuição KWR, mas esta não estava interessada: a sua política era vender eletricidade, ao invés de a economizar. O grupo de cidadãos percebeu que operar a rede de Schönau com base em princípios ecológicos seria impossível com a KWR.

Num esforço para evitar um novo contrato com a empresa de rede, a iniciativa dos cidadãos fundou a Netzkauf Schönauf GbR para competir com a KWR. 282 cidadãos de Schönauf fizeram uma contraproposta ao conselho municipal para não assinar um novo contrato de concessão da rede à KWR, mas o município estendeu o contrato. Em julho de 1991, a iniciativa de cidadania convocou um referendo para rescindir o contrato: o referendo ocorreu em 27 de outubro de 1991 e a iniciativa de cidadania venceu com 55% dos votos.

A comunicação social alemã apelidou-os “rebeldes da energia” da Floresta Negra. Depois de vencer o primeiro referendo, muitos especialistas em energia de toda a Alemanha entraram em contacto com a iniciativa dos cidadãos para oferecer a sua ajuda. Em 1994, todos os documentos necessários foram preparados e a Elektrizitätswerke Schönauf GmbH (EWS) foi fundada, após o que a nova empresa recebeu permissão para assumir a rede apenas quatro dias antes do prazo.

Os opositores desta solução pediram um segundo referendo, que teve lugar em março de 1996. A campanha foi muito intensa: a indústria local alertou os habitantes de Schönauf sobre os custos de energia inacessíveis e os membros da iniciativa cidadã fizeram visitas domiciliárias a todos os habitantes. Schönauf ficou dividida entre opositores e proponentes. A 10 de março de 1996, mais de 80% de todos os cidadãos de Schönauf votaram, e a EWS ganhou o segundo referendo com 52,5% dos votos.

Esta é um pouco da história de como as cooperativas de energia europeias chegam ao século XXI com vontade de agora aceitar o desafio da Humanidade deste século: fazer a transição energética.

Com as crescentes preocupações com a sustentabilidade ecológica, bem como a segurança do abastecimento, o sistema energético tem estado sob crescente pressão nos últimos anos e têm sido vários os esforços visando uma transformação para sistemas mais sustentáveis de fornecimento de energia. Isto resultou no surgimento de cooperativas de energia e outras formas de propriedade comunitária de tecnologias de energia renovável.

Cada vez são mais os cidadãos que se organizam para criar um projeto de produção e consumo local de energia na sua comunidade, criando comunidade de energia, ou REScoop. Para este movimento de cidadãos, que conta com mais de um milhão de cidadãos em toda a Europa, não basta a transição energética para as energias renováveis. O desafio da transição

energética só será conseguido quando os cidadãos tiverem uma palavra e um papel dentro do setor energético e na sua construção.

As REScoops acreditam que lideram a transição para a democracia energética, com base nos princípios de:

- adesão voluntária e aberta;
- gestão democrática;
- copropriedade pela participação financeira;
- autonomia e independência;
- educação, formação e informação;
- cooperação entre cooperativas;
- preocupação pela comunidade.

Existem milhares de comunidades de energia que têm conceitos comuns entre si. No entanto, devido às diferentes localizações, contexto legal e cultural, as REScoops enfrentam realidades muito diferentes que exigem esforços colaborativos para superar os seus desafios. Paralelamente aos desenvolvimentos tecnológico-digitais, o quadro de valores sociais de cada comunidade é essencial na construção das comunidades de energia. Querer compreender o comportamento de cada cidadão na sua comunidade, para além da utilização que faz da energia, é fundamental para criar agentes de transformação.

As comunidades de energia organizam ações de energia coletivas e cidadãos, que têm um papel fundamental no caminho para a transição para energia limpa. O mercado de energia está a transformar-se e o papel do consumidor também. Ao apoiar o envolvimento social e a participação cidadã, as comunidades de energia podem ajudar a fornecer flexibilidade ao sistema elétrico por meio de resposta à procura, armazenamento e troca de energia.

Em 2022, existem praticamente duas mil comunidades de energia associadas à Federação Europeia das REScoops, número que, embora impressionante, é apenas o prenúncio de um novo paradigma para o sistema energético do futuro. Este sistema será mais sustentável, renovável, descentralizado e centrado nos cidadãos. Neste sistema, a energia pode ganhar gradualmente os contornos de um bem social comum.

A visão da das cooperativas de energia passa por uma sociedade mais igualitária, democrática, guiada por princípios ecológicos e com uma economia assente em energias 100% renováveis. Esta visão implica uma transformação dos nossos modelos de produção e consumo, com base em novas tecnologias e sistemas energéticos renováveis, mas também mais justos socialmente, sendo o cidadão e o consumidor um ator ativo no desenho e exploração de novos sistemas de energia.

Um modelo de produção e consumo descentralizado não deve ser só tecnológico, mas também socialmente mais justo, tornando a energia limpa cada vez mais acessível a todas e todos, respeitando as características do território, protegendo a biodiversidade e o meio natural, e garantindo valor social e económico para as comunidades envolvidas.

Este modelo descentralizado permite aproveitar as paisagens humanizadas e infraestruturas já construídas (casas, condomínios, escolas, edifícios públicos, parques de estacionamento, fábricas, centros comerciais, universidades, etc.), minimizando deste modo os impactes ambientais de novas instalações de energia solar. Por outro lado, permite uma multiplicidade de novas práticas de troca e partilha da energia produzida localmente, minimizando as perdas, com base em modelos participativos e de gestão comunitária, e com potenciais benefícios económicos e sociais para as comunidades envolvidas, incluindo ainda novos serviços comunitários para a eficiência energética e a implementação de estratégias para a redução da pobreza energética. A importância destas comunidades não se cinge a espaços urbanos. Aliás, é fundamental o desenvolvimento de comunidades de energia em espaços rurais, que podem ser implementadas a uma escala que permita constituir alternativas a grandes instalações de energia solar em terras agrícolas.

Um exemplo de referência em Portugal é a Coopérnico, a primeira cooperativa portuguesa de energias renováveis. Foi fundada em 2013 por um grupo de 16 cidadãos de diferentes profissões e conhecimentos que tinham em comum a partilha de uma preocupação: a transição energética justa. Hoje conta com cerca de 2400 membros.

Desde a sua fundação, a missão da Coopérnico foi a de envolver os cidadãos, empresas, entidades da economia social e setor público na criação de um novo paradigma energético – renovável e descentralizado – em benefício da sociedade e do meio ambiente. As linhas orientadoras da Coopérnico e de quem a constrói no dia a dia continuam a ser defender um modelo energético renovável, justo e responsável que contribua para um futuro social, ambiental e energeticamente sustentável.

Esta cooperativa de energia renovável tem a estrutura normal de uma cooperativa: Assembleia Geral, Direção, Conselho Fiscal. Ao que acresce um Conselho de Curadores, Grupos Locais e uma equipa técnica. Desta estrutura, apenas a equipa técnica é a parte profissional (no sentido de remuneração) da Coopérnico. Todas as outras estruturas funcionam em regime de trabalho (profissional) voluntário. A Direção funciona por decisões coletivas e responde perante a Assembleia Geral, onde todos os cooperantes têm direito a um voto, independentemente do capital social que detêm da cooperativa. Construir uma empresa neste modelo democrático é um desafio, mas acreditamos que é o melhor modelo para provocar a transformação que queremos ver no setor energético.

Na prática, a cooperativa é uma comunidade de cidadãos com vontade de contribuir para um novo modelo energético, social e empresarial, que investe parte das suas poupanças em pequenos projetos de energias renováveis, em que cada um pode ser dono da parte que desejar. A Coopérnico tem hoje 33 centrais fotovoltaicas, somando 2,5 MWp espalhados por todo o país, instaladas em residências seniores, escolas, cooperativas agrícolas, creches e jardins de infância, para autoconsumo. Esta produção renovável é financiada pelos cidadãos, membros da Coopérnico, que até hoje somam cerca de dois milhões de euros de investimento cidadão. Sem banca por trás ou fundos de investimento internacionais.

Em 2019, a Coopérnico foi a primeira empresa sem fins lucrativos (como cooperativa que é) a fornecer eletricidade em Portugal continental, ultrapassando e contornando todas as dificuldades que o setor energético coloca a quem se apresenta com um projeto diferente, fora dos cânones habituais. Construir uma comercializadora de energia elétrica renovável com preços justos, transparentes, sem fins lucrativos e sem *call center* é a estratégia da Coopérnico, onde os cooperantes trabalham para outros cooperantes, tratando os clientes pelo nome.

Ao longo da sua (ainda) curta história a Coopérnico já foi reconhecida pelo seu trabalho no setor energético e pelo modelo diferente que quer trazer para dentro deste setor. Desde o prémio dos Green Project Awards Portugal, em 2014, ao prémio CASES e ainda distinções europeias da European Energy Awards e European Summit to Tackle Fuel Poverty, sem dúvida que o mais relevante foi em 2018 ter sido distinguida com o Prémio Calouste Gulbenkian na categoria de Sustentabilidade.

Não há dúvida de que a proliferação de energia renovável é fundamental para a transição energética. A crise energética que se vive hoje (2022) na

Europa, com um aumento exponencial dos preços de energia no mercado marginalista, é mais uma prova de que os caminhos para a transição não podem basear-se nos mesmos mercados grossistas da era do petróleo, nem nos mesmos padrões de produção e consumo de energia que têm sido vigentes desde a liberalização do mercado. É preciso um sistema verdadeiramente inovador, centrado nos cidadãos e assente numa diversidade de modelos, a diversas escalas e medidas, guiados por princípios de inclusão, participação cívica e proteção ambiental.

A própria União Europeia começa a reconhecer este facto, tendo proposto numa recente comunicação, como uma das medidas a implementar, a análise das vantagens e os inconvenientes da atual configuração do mercado de eletricidade. A UE considera também que os consumidores e “prosumidores” – produtores e autoconsumidores de energia de fontes renováveis – têm um papel central na transição, sendo fundamental a sua participação ativa em Comunidades de Energia.

Se queremos avançar com uma transformação sustentável, reduzindo a queima de combustíveis fósseis, sem descurar a necessidade de cuidar do meio ambiente e fomentar um esforço coletivo para uma sociedade mais justa e igualitária, é necessário apostar em soluções descentralizadas, tanto nas zonas urbanas como rurais. As cooperativas de energia visam apoiar o desenvolvimento de modelos descentralizados de produção e (auto)consumo, mais sustentáveis, de forma democrática, criando valor social e económico local e com o envolvimento dos cidadãos.

Para os cidadãos envolvidos na construção de comunidades de energia, como a Coopérnico e as REScoops, a transição energética não é um fim em si. É o caminho para a democracia energética. Esta transição sem os cidadãos será apenas uma transição tecnológica e não democrática. Se queremos a mudança de sociedade que o desafio da descarbonização exige, temos de o fazer com os cidadãos que também somos, nas sociedades democráticas que queremos construir.